



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Sociologia do Consumo

“A INDÚSTRIA DO MEDO E O CONSUMO DA SEGURANÇA - IMPACTOS SOBRE A VIDA URBANA”

MAIA, Rosemere Santos

Doutora em Geografia, Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pesquisadora do CNPq

rosemaia@terra.com.br

FEITOSA, Clarisse Lopes Leão

Escola de Serviço Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro

as.clarissefeitosa@gmail.com

Resumo

O medo e a sensação de insegurança têm sido a tônica das cidades contemporâneas, sobretudo das metrópoles, tornando-se sentimentos que independem do confronto real com algum ato de violência. Potencializados pelo individualismo, pela impessoalidade e pela crescente competitividade, acabam por transformar a urbe em espaço hostil e fragmentado. Instalado o medo, instalam-se os seus especuladores, o que faz da indústria e do mercado da segurança investimentos extremamente lucrativos, em contextos em que o Estado se mostra incapaz de garantir proteção aos cidadãos e onde defesa face à violência urbana torna-se uma tarefa de cada indivíduo. Verifica-se, por assim ser, uma crescente ampliação e sofisticação dos mecanismos de segurança, mais e mais transformados em ícones de consumo e utilizados como elementos de distinção social. Tais aparatos que, até bem pouco tempo, pareciam privilégio dos segmentos privilegiados residentes nos “enclaves fortificados”, começam a ganhar adesão por parte da população mais pobre, que passa a depositar na tecnologia a esperança de uma vida melhor e mais segura, mesmo que isto implique no rompimento de tradicionais formas de sociabilidade e proteção, antes ancoradas em estreitos laços comunitários. Fica, assim, comprometida a vivência do espaço público enquanto locus de sociabilidade, de exercício de liberdade e de prática política. Seria o fim da urbe?

Abstract

The feeling of fear and insecurity has been the tone of contemporary cities, particularly metropolitan areas. Such sensation does not necessarily correspond to any real confrontation with some act of violence. Enhanced by individualism, impersonality, and the increasing competitiveness, this feeling ends up turning the metropolis into a hostile and fragmented space. Speculators take advantage of this fear to make highly profitable investment in the security market. The State is unable to provide protection to citizens so defense against urban violence becomes an individual task. As a consequence, there is an expansion and increasing sophistication of security mechanisms, more and more transformed into icons of consumption that are employed as elements of social distinction. Such equipment that, until recently, seemed to be a privilege of the upper classes living in the "fortified enclaves" has also been adopted by the lower classes. This technology represents hope of a better and safer life, even if resulting in the disruption of traditional forms of sociability and protection, formerly based on close tighten community bonds. This situation compromises the experience of public space as a locus for socialization, freedom and political practice. Would it be the end of the city?

Palavras-chave: cidade, violência urbana, segurança, medo, sociabilidade.
Keywords: city, urban violence, security, fear, sociability.

Introduzindo a questão:

O medo e a insegurança têm sido a tônica das cidades contemporâneas, sobretudo nas metrópoles, marcando com algumas especificidades o cenário carioca. Neste contexto, as interações entre as pessoas “*energizam-se, potencializam-se e se comunicam pelo circuito da violência*” que, desta forma, é tornada uma linguagem corrente (SILVA, 1996, pp. 36), uma marca do cotidiano.

Velho (1996, pp. 16-7) sustenta que o crescimento da violência no meio urbano não pode ser compreendido como decorrência exclusiva da desigualdade social. Para o autor, ela é acompanhada de um “esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente éticos, no sistema de relações sociais”, bem como da exacerbação do individualismo que “*foi assumindo formas mais agonísticas e da impessoalidade [que] foi, gradativamente, ocupando espaços antes caracterizados por contatos face-to-face*”.

Nessa mesma direção, Castel (1998) indica que a violência expressa um rompimento do contrato social, bem como dos laços de solidariedade, produzindo processos de “desfiliação” e ruptura nas relações entre o eu e o outro, afetando, assim, a alteridade. Segundo Tavares dos Santos,

“ (...) tais rupturas verificam-se nas instituições socializadoras- como nas famílias, nas escolas, nas fábricas, nas religiões - e no sistema de justiça penal (polícias, academias de polícia, tribunais, manicômios judiciais, instituições da justiça penal e prisões), pois todas vivem um processo de ineficácia do controle social e passam a uma fase de desinstitucionalização ou de recorrente crise.” (2002, pp. 22-3)

O medo sempre existiu nas cidades. Contudo, sua faceta hodierna é diametralmente oposta àquela que caracterizava as cidades de outrora. Antes, tinha-se medo dos de fora - potencialmente vistos como inimigos. Por isto cercava-se a cidade, construíam-se muralhas, tentando evitar invasões, pilhagens ou guerras, conforme discute Aristóteles na sua “Política. Nos dias de hoje, os muros construídos cruzam a própria cidade, em todas as direções, deixando clara uma tendência ao aprisionamento, ao controle social e à vigilância, cuja melhor tradução seria, para Soja (1994, pp. 165), a expressão “cidade carcerária”, utilizada por Foucault, que designa o lugar onde a “*polícia substitui a polis*”.

Em nossa cidade, a violência não só é uma realidade, como se tornou uma temática prioritária no discurso de políticos, entre alguns setores acadêmicos e, principalmente, na mídia, fazendo da guerra civil urbana uma “série de televisão”. No caso específico da mídia, constatamos uma espetacularização da violência, onde os massacres são transformados em “diversão de massa”, “*assassinos profissionais, sequestradores e serial killers em sucessos de público*”, conforme nos sugere Enzensberger (1995, pp. 48- 51). Na fala de quem a vivencia cotidianamente, como fato ou como potencialidade, não poderia ser diferente, sobretudo entre aqueles que residem nos espaços populares, como é o caso dos moradores do bairro onde desenvolvemos nossa atividade de pesquisa¹:

- *Quanto à segurança pública, a gente tá hoje meio que a desejar [...] antigamente não tinha muita ocorrência aqui, era só briga de marido e mulher, uma ou outra intervenção.[...] hoje, [o tráfico] tirou a nossa liberdade, e isso é uma questão de segurança pública.* (V., presidente da A.M. do Conjunto Urucânia, em Santa Cruz).

- *Existe uma mudança [na localidade]. O Jesuítas era um lugar muito tranquilo. Hoje já não é igual e os jovens hoje em dia, principalmente adolescentes, tem um outro comportamento. [...] Coisa que antigamente não existia e essa mudança que aconteceu com a chegada desses... [referindo-se aos moradores de uma ocupação] entendeu?* (H., 66 anos, morador dos Jesuítas).

A insegurança ronda todos os lugares, aflige a todas as pessoas, marca todas as relações, tornando-se um sentimento que independe do confronto real com um ato de violência. O pânico se generaliza entre os diferentes grupos e classes sociais, fazendo-os perceberem a cidade como um espaço hostil e fragmentado. Há de se ressaltar, contudo, que tal percepção não é uniforme, unívoca, e depende, como já indicara Zaluar (1994: 13), da classe social a que se pertence e do local em que se mora, do jornal que se lê e do programa que se assiste, assim como da imagem forjada por estes últimos a respeito de cada classe e de cada área da cidade.

O termo fobópole, utilizado por Souza (2008), traduz brilhantemente o condicionamento do comportamento das pessoas pela forma como percebem a realidade da cidade:

“O medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa, etc., o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil (...) e se faz presente, hoje, em qualquer cidade.” (SOUZA, 2008, pp. 9).

Quanto às muitas interpretações e explicações que são produzidas em relação à violência, a grande maioria, não raras vezes, pauta-se no senso comum e em estereótipos. Contudo, segundo Caldeira, não são estas as únicas consequências do medo e da fala do crime: *“[Eles] também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros.”* (2000, pp. 27)

O individualismo, o estranhamento, a atitude blasé, a evitação e a indiferença, que marcam a sociabilidade urbana, acabam por criar distâncias sociais e se tornar mecanismos de autodefesa da personalidade metropolitana (Simmel, 1997), alterando substantivamente as relações entre os cidadãos, que, mais e mais, tendem a buscar a intimidade e a prezar os espaços privativos, a exemplo do que nos sugere Sennett (1998). Falando, especificamente, sobre dois destes sentimentos que, a nosso ver, têm orientado as ações de muitos daqueles que buscam os enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000), como condomínios e shopping centers, afirma Silva:

“O que há de comum entre esses dois sentimentos, a evitação e a indiferença? Talvez a dissolução da ética do compromisso comum a ambos quando dizem não à participação. Uma espécie de pleito “cidadão” pelo direito de ir e vir, divertir-se, consumir sem ser importunado, criar os filhos, poder comprar o carro do ano sem ser molestado, tudo isso avivado por recentes incursões turísticas à Europa, onde essa gentilha não importuna ninguém.” (1996, pp. 36-7)

1- A arquitetura do medo e a privatização da vida - as faces hodiernas da evitação.

A tendência à “privatização da vida”, mencionada por Sennett (1998), iniciada no século XIX e que vem se aprofundando desde então, pode nos servir ao entendimento destas estratégias objetivas de confinamento, de recusa de contato com o que se considera hostil, com o inimigo. Isto porque a cidade, dada sua complexidade, transformou-se num “território sem leis”, ainda que congregue a possibilidade do encontro, da troca. Assim, a sociabilidade fica comprometida; exacerbam-se sentimentos corporativos, atitudes segregatórias, abandona-se a fraternidade, que *“se tornou empatia para um grupo selecionado de pessoas, aliada à rejeição daqueles que não estão dentro do círculo local. [...] A fragmentação, a divisão interna, é a própria lógica dessa fraternidade, uma vez que as unidades de pessoas que realmente pertencem a ela vão se tornando cada vez menores.”* (SENNETT, 1998, pp. 325).

O autor atribui este fato à própria lógica do capitalismo, cujas premissas fundamentais são, justamente, a dissociação, a alienação. O Modo de produção capitalista não só supõe tais princípios nas relações de produção, quanto os reforça, cotidianamente, nas mais diferentes instâncias da vida dos indivíduos. Conforme sugere Sennett, com a celebração do gueto, as pessoas deixam de crescer, de *“enriquecer as suas percepções”*, o que só pode ocorrer *“através de processos de encontro com o desconhecido.”* (1998, pp. 359-360)

O ato de circular (ou se trancafiar) em espaços privativos, objetivando, com isto, a defesa frente ao mundo exterior, marcado pela violência, pela hostilidade, não chega a interferir, positivamente, na mudança do quadro de caos ou de guerra civil instaurada. Ao contrário de ser uma forma de combate aos males da sociedade capitalista, *“resulta numa espécie bizarra de retraimento despolitizado; o sistema permanece intacto; mas talvez consigamos fazer com que nosso torrão não seja afetado”*. (Sennett, 1998, pp. 360)

Talvez sejam esses o argumento e a prática dos que buscam o confinamento nos condomínios exclusivos e a circulação com segurança nos shopping centers. No restante da cidade, o caos pode estar instaurado; bastantes, contudo, o fato de não serem importunados ou tornados vítimas desta situação.

Examinando esse clima de violência, ou como prefere denominar, de “*guerra civil molecular*”, Enzensberger (1995, pp. 15-21) percebe-a como esvaziada de fundamentos ideológicos, de convicções, ao contrário do que ocorrera, por exemplo, entre os guerrilheiros e terroristas dos anos 60 e 70 - que sempre tinham necessidade de justificar seus atos. Para o autor, “*nas guerras civis do presente, esvaiu-se a legitimidade. A violência libertou-se completamente de fundamentações ideológicas, levando os criminosos à incapacidade de distinguir entre destruição e auto-destruição*” (1995, pp.16). Tratando deste clima de ameaça, de “guerra civil” que costuma rondar o mundo contemporâneo, e da qual o Estado não pode mais se ocupar com eficácia e exclusividade, continua ele:

“Aos ameaçados restam apenas duas estratégias: fugir ou defender-se. Uma minoria privilegiada busca caminhos próprios de fuga; muda-se para um “paraíso de férias” qualquer, entrincheira-se em uma segunda residência ou um retiro, funda comunidades rurais ou seitas apartadas do meio social. [...] Quem não foge procura se proteger. Em nível mundial trabalha-se no fortalecimento de fronteiras contra os bárbaros. Mas no interior das metrópoles formam-se também arquipélagos de segurança rigorosamente guardados. [...] A paisagem é controlada por barreiras, câmeras eletrônicas e cães treinados. Guardas armados de metralhadoras complementam de suas torres a segurança da região. O paralelo com os campos de concentração é evidente, com apenas a diferença de que aqui é o mundo exterior que é visto como zona de potencial extermínio. Os privilegiados pagam pelo luxo com o total isolamento: eles se tornaram presas de sua própria segurança.” (1995, pp. 40)

Sob essa lógica, seriam os pobres os mais afetados pela criminalidade urbana, já que sua possibilidade de se manterem afastados, “exilados” das ações violentas dos bandidos e policiais é praticamente nula, ao contrário daqueles que se refugiam em espaços exclusivos/privativos (como condomínios). Neste sentido, consideramos elucidativas as falas de dois de nossos entrevistados, referindo-se à violência urbana e à vulnerabilidade que marca o cotidiano dos segmentos populares:

Agora [com a implementação das UPPs ⁱⁱ] a bandidagem veio toda para cá, né? Em Itaguaí [município vizinho ao Rio, que faz limite com o bairro de Santa Cruz], se você estacionar o seu carro de noite, quando voltar pode não encontrar o seu carro. Mataram três pessoas agora. Acho que foi um policial. A bandidagem veio tudo prá cá. (H, 66 anos, morador de Jesuítas, em Santa Cruz).

Segurança, vou dizer pra você que aqui, graças a Deus, estamos bem. Porque os Jesuítas ainda é um local rural, com isso não tem facções criminosas, você não tem domínio do poder paralelo que muitas comunidades sofrem, entendeu, devido ao tráfico de drogas. Às vezes os caras [referindo-se aos governantes] tão trabalhando para amenizar, como você vê lá em baixo [referindo-se às áreas mais nobres da Cidade]. Mas em muita comunidade por aqui fica tendo tiroteio, as famílias têm que sair dali, do local, esperar amenizar para poder voltar. Mas são coisas que a gente pensa assim: uma hora vai acabar, tem que acabar... (JB, 49 anos, morador de Jesuítas, em Santa Cruz)

Em nossa pesquisa, tem ficado bastante claro o fato de que, a despeito de terem sido vitimados ou experimentado “na própria pele” ações violentas, os entrevistados demonstravam medo. Temiam por si, por seus familiares, por seu patrimônio. E o tipo de medo, e mesmo as formas de violência, a exemplo do que fora observado por Caldeira (2000), apresentavam uma variação, deixando clara uma distribuição social do crime - ou seja, entre os mais abastados, os crimes contra o patrimônio, o medo do sequestro; entre os segmentos mais pobres, o abuso por parte de autoridades, os crimes contra pessoas (assassinatos), o preconceito e a discriminação; e perpassando as várias classes e grupos sociais, as faces da violência sobre as quais nem todos se sentem à vontade para falar: a violência sexual e a violência doméstica.

Quanto à “face” dos criminosos, é bastante recorrente que sua caracterização seja feita a partir de estereótipos derivados da associação entre pobreza e local de moradia. Em função disto, costuma ser

comum, entre os próprios moradores dos bairros populares, a tentativa de dissociação entre si e demais pessoas que consideram honestas daqueles que seriam os criminosos, os mal-vistos na localidade.

- *Aqui, nunca teve tráfico, mas do outro lado da linha do trem é pesado, é “chapa quente”. Aqui moram muitos policiais. Dizem que de uns tempos para cá começou a ter milícia, mas eu não sei muito sobre isso não.* (Z. 64 anos, moradora do Conjunto Urucânia)

Caldeira, referindo-se essa tentativa de dissociação, menciona os paradoxos que podem surgir em razão de tais atitudes:

Essa ansiedade em relação à separação não tem origem exclusiva num esforço para exibir um status social melhor ou num exercício simbólico. Na verdade, a “confusão” entre pessoas pobres e criminosos pode ter sérias consequências, considerando-se que a polícia também opera com os mesmos estereótipos, frequentemente confundindo os pobres com criminosos e às vezes até matando-os. O aspecto paradoxal da tentativa dos pobres trabalhadores de separarem-se do estereótipo do criminoso é que isso é feito usando-se contra o vizinho as mesmas estratégias que são usadas contra a própria pessoa. Como consequência, a categoria do criminoso e seu repertório de preconceitos e depreciações raramente são contestados. Ao contrário, a categoria é continuamente legitimada e os preconceitos e estereótipos contra os pobres (favelados, nordestinos, moradores de cortiços) são reencenados diariamente. (2000, pp.89)

2- O “olho do poder” – a respeito dos mecanismos de segurança.

Tanto se apresentando explicitamente a partir de diferentes instituições que visam manter sobre os cidadãos o imperativo da ordem, como se configurando através de outros mecanismos de segurança e vigilância, acionados por diferentes sujeitos no sentido de evitar a importunação por parte de segmentos indesejáveis- prédios e condomínios ultravigiados, seguranças privados, etc-, *“a violência e a obsessão com a segurança permeiam a psicogeografia da metrópole pós-moderna, encorajando as autoridades a manterem sob controle todos os fragmentos e polaridades, todas as orlas e adjacências.”* (SOJA, 1994, pp. 165).

A retomada da discussão foucaultiana a respeito do “olho do poder” talvez seja interessante, nesse contexto, já que se reporta ao *“problema da visibilidade total dos corpos, dos indivíduos e das coisas para um olhar centralizado”* (FOUCAULT, 1979, pp. 209), problema para o qual, há alguns séculos, vêm sendo buscadas respostas em diversos campos: na medicina, no campo jurídico e educacional, nas indústrias, etc. Tão antiga e, ao mesmo tempo, absolutamente contemporânea, tal questão tem-se apresentado como de suma importância na organização espacial das cidades e na estruturação dos diversos mecanismos de segurança acionados em seu contexto.

Toda análise de Foucault pauta-se na estrutura panóptica desenvolvida, em fins do século XVIII, por Jeremy Bentham, que traduz com bastante precisão o pensamento dominante naquele momento, onde se destaca a utilização da organização espacial tendo em vista o alcance de objetivos econômicos e políticos. (FOUCAULT, 1979, pp. 211) A visibilidade e a transparência que Bentham propõe para o espaço institucional *“é organizada em torno de um olhar dominador e vigilante. Ele faz funcionar o projeto de uma visibilidade universal, que agiria em proveito de um poder rigoroso e metódico [...] omnividente, que é a obsessão de Bentham”.* (FOUCAULT, 1979, pp. 215)

Segundo Foucault, tão vigiadas e controladas as pessoas se sentiriam quando submetidas a uma estrutura panóptica, que dificilmente chegariam a ser punidas por alguma “contravenção”. E este controle, aos olhos do autor, se prova eficaz em razão de ser exercido, justamente, na transparência, onde todos sabem ou presumem a dimensão da vigilância que sobre eles é exercida: *“Se o projeto de Bentham despertou interesse, foi porque ele fornecia a fórmula, aplicável a muitos domínios diferentes, de um ‘poder exercendo-se por transparências’, de uma dominação por ‘iluminação’.”* (1979, pp. 217)

Por meio dos diferentes instrumentos de segurança, o olhar dominador- ou esse olho do poder, sobre o qual discorreu Foucault, pautando-se em Bentham-, torna-se muito mais eficaz para identificar os indesejáveis, os suspeitos e, mais que isto, para constrangê-los a permanecerem dóceis, imobilizados ou, de preferência,

afastados do local. Mas não são somente estes equipamentos específicos que cumprem seu papel neste sentido: os projetos arquitetônicos das residências, lojas, shopping centers e condomínios demonstram coerência com a linguagem da ordem, da racionalidade, onde nenhum detalhe pode ser tomado como casual e aleatório.

Tudo segue a uma lógica e possui uma funcionalidade. Desde os vidros e os espelhos- que tanto podem servir como elementos “*de linguagem visual dentro de uma espacialidade de persuasão*” (GAETA, 1992, pp.73), quanto podem potencializar o sentimento de controle e vigilância-; passando pela organização espacial, chegando à iluminação. Todos estes elementos atuam no sentido de chamar a atenção, a todo instante, sobre a especificidade do espaço que o exhibe, sobre a sua pretensa inviolabilidade e imunidade face à violência urbana.

É importante dizer, entretanto, que para além da proteção contra ações criminosas e/ou violentas, os mecanismos de segurança reforçam a segregação espacial e, em grande medida, os processos de discriminação e exclusão social: “*Eles asseguram ‘o direito de não ser incomodado’, provavelmente uma alusão à vida na cidade e aos encontros nas ruas com pessoas de outros grupos sociais, mendigos e sem-teto*”. (CALDEIRA, 2000, pp. 267). Segundo a autora, todos os mecanismos de segurança presentes nos enclaves fortificados expressam uma tendência que tem caracterizado as sociedades ocidentais, em geral segundo (CALDEIRA, 2000, pp. 195). Para a autora, a mercadoria segurança tem sido vendida no mercado envolta numa crescente complexidade:

“E os serviços privados estão crescendo consideravelmente, tanto em quantidade como em extensão. Serviços privados são comprados não só por empresas e instituições, mas também por cidadãos das classes média e alta, e mesmo por algumas divisões do governo. Em todos os casos, os usuários dependem dos serviços privados para identificação, triagem e isolamento de pessoas indesejáveis, assim como para vigilância e proteção. A segurança privada tornou-se um elemento central do novo e já muito difundido padrão de segregação urbana baseado em enclaves fortificados.” (2000, pp.195-6)

Alguns dados são exemplares para demonstrar tal crescimento. Segundo pesquisa desenvolvida pela SIA (Associação da Indústria de Segurança), o mercado brasileiro de equipamentos de segurança totalizou cerca de R\$ 710 milhões, em 2010. Até 2016, há uma previsão de crescimento médio anual de 17,36%, quando poderá atingir R\$ 1,85 bilhão. Não há como desvincular tais números dos investimentos que vêm sendo feitos por algumas cidades brasileiras na promoção de megaeventos, como a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas – em se tratando da Cidade do Rio de Janeiro, tais números podem vir a assumir uma dimensão particular.

A invasão de guaritas, de guardas e de equipamentos eletrônicos nas cidades brasileiras caracteriza-se por apresentar diferentes níveis de sofisticação e, obviamente, por ter como público segmentos sociais igualmente diferenciados. Isto sem falar que o mercado da segurança também é marcado pela concorrência entre atividades formais, informais e ilegais. É possível nos depararmos em vários espaços da cidade, de um lado, com mecanismos ultrassofisticados e, de outro, com cercas eletrificadas produzidas de forma rudimentar. É muito comum, igualmente, sermos submetidos ao “controle” exercido tanto por profissionais treinados por uma das milhares empresas que atuam de forma regular no mercado, quanto por pessoas totalmente despreparadas que são “contratadas” por moradores ou comerciantes para “manter a ordem” no local – isto tudo sem falar nos milicianos que, em algumas cidades brasileiras, tornam-se os “justiceiros” de algumas áreas, conforme apresentado nos relatos abaixo:

- Aqui na comunidade, sempre morou, e ainda mora, muito policial, muito bombeiro, então há um certo respeito por conta disso. Na época [de criação do conjunto habitacional] vieram muitos policiais e bombeiros para a área aqui. Havia assim um certo cuidado e eles também sempre tiveram um certo cuidado em tá preservando o próprio local e a própria família [...] Então, por enquanto, a gente não sabe, mas por enquanto... a gente também não tem muita garantia quanto a isso não. (V., presidente da associação de moradores do Conjunto Urucânia).

- Aqui na comunidade tem segurança privada, por isso aqui bandido não tem vez. Mas eu prefiro não falar sobre isso. (H, 66 anos, morador de Jesuítas, em Santa Cruz).

É importante ressaltar que não é consensual o estabelecimento de uma relação direta entre o crescimento da indústria e do mercado de segurança e o avanço da violência urbana. Isto seria, segundo o I Estudo do Setor de Segurança Privada - encomendado pela Federação Nacional das Empresas de Segurança Privada e Transportes de Valores, Fenavist, realizado em 2005 - um grande mito. Segundo a pesquisa, o crescimento verificado no ramo de segurança privada, em todo o mundo, refere-se, principalmente, ao aumento de riqueza nas cidades, estados ou regiões, assim como ao crescimento do patrimônio e à preocupação com a proteção do mesmo.ⁱⁱⁱ

Nossas atividades de pesquisa têm demonstrado, também, outra faceta pouco considerada ao se discutir a busca por mecanismos de segurança, sobretudo entre os segmentos menos privilegiados: o fato deles terem sido transmutados em ícones de consumo, expressando um desejo de distinção social. Tais aparatos que, até bem pouco tempo, pareciam privilégio dos segmentos médios residentes e frequentadores privilegiados nos/dos “enclaves fortificados”, começam igualmente a ganhar adesão por parte da população mais pobre. É comum, neste sentido, verificarmos a “privatização” de algumas ruas dos bairros populares, a instalação de câmeras, porteiros eletrônicos, sem falar no aumento dos muros, demonstrando uma busca crescente de preservação da sua segurança e a de seu patrimônio, ainda que este seja pequeno.

3- (Des)confiança numa era de relações “líquidas”.

Através de nossas incursões em loteamentos, conjuntos habitacionais, favelas e condomínios populares, temos constatado uma “crise de confiança” entre os cidadãos, que acaba por afetar a sociabilidade e criar/reforçar o distanciamento entre os moradores:

- Hoje em dia, você fica com medo até de ter amigos por aqui. Antes, todo mundo se conhecia. (M., 57 anos, morador do bairro de Santa Cruz).

- Aqui nem todas as pessoas têm boa relação não. Tem pessoas agora que vieram de comunidades carentes [favelas]. Aqui nós somos uma comunidade carente, mas uma comunidade que tem uma renda mais baixa que a nossa e que tem uma índole assim muito ruim, entendeu? De tipo de roubo, de briga, entendeu, de baderna mesmo. [...] Eu saio tarde e chego cedo, nunca ninguém me parou, nunca fui assaltada, me dou bem com todos os vizinhos, próximo da minha casa e longe da minha casa. É como se diz, eu sou a, eu faço parte da boa vizinhança, entendeu? (J, 40 anos, moradora do Conjunto Urucânia)

- Se uma pessoa tá bem estruturada, tem uma vida amena, geralmente estas pessoas reparam naquele outro que tá tentando sobreviver. E, muitas vezes, essa pessoa até dá o trabalho, o serviço para a outra, entendeu? Não existe aquele respeito. Vamos supor: se eu tô bem, e tenho 2, 3 carros na garagem, eu tenho um apartamento, eu tenho uma casa de 2, 3 pavimentos e o outro é uma pessoa humilde, que mora na beira do rio. Eu até trago prá minha casa para trabalhar, mas eu trago com desconfiança, acreditando e desacreditando na pessoa. Confiando e desconfiando. Não dou aquela liberdade para a pessoa mostrar o seu trabalho ou o seu Q.I. no dia-a-dia. Pode acontecer assim, entendeu? (J.B., 49, morador dos Jesuítas).

Essa desconfiança pode ser melhor compreendida se tomarmos as análises de Bauman (2008) em relação a estes novos tempos como referência. Segundo o autor, não há na “modernidade líquida” sinais ou fronteiras claramente definidos que nos tornem aptos a identificar ou separar o bem do mal, identificar amigos e inimigos. O mal se apresenta a partir de qualquer lugar, a qualquer momento. Por isto vivemos numa era de crise de confiança, o que ameaça as relações humanas e os vínculos sociais e torna a cidade fonte de perigo constante. Assim, também os moradores dos bairros populares passam a depositar na tecnologia a esperança de uma vida melhor e mais segura, mesmo que isto implique no rompimento de tradicionais formas de sociabilidade e proteção, antes ancoradas em estreitos laços comunitários.

A disseminação da “fortificação” passa, assim, a ser justificada por este medo. Na verdade, um “medo líquido” que nada mais é que a passagem rápida e indolor por obstáculos que aprendemos, com o passar do tempo e com a banalização da violência, a encarar como riscos inerentes à vida na cidade, que é dinâmica. No livro “Medo líquido”, observamos uma análise sobre a liquidez da vida contemporânea, sobre como esta é volúvel em vários aspectos, moldando nossos hábitos de forma a encarmos os perigos dos novos tempos como riscos aceitáveis: *“Como as picadas se tornaram banais, os ferrões não são - nem se sentem mais - imortais”* (BAUMAN, 2008, pp. 13-14).

Nos bairros populares, é comum observarmos um certo ceticismo em relação à possibilidade de defesa frente à violência urbana, o que pode significar, por um lado, tanto o reconhecimento da gravidade da situação, quanto, por outro, sua banalização e rotinização, levando a atitudes de isolamento, acomodação, cumplicidade e imobilidade, bem como à adoção de perspectivas preconceituosas e igualmente violentas. Em casos mais extremos, pode-se incorrer na imprevidência, na exposição desmedida aos riscos, conforme sugere Silva:

A experiência cotidiana com o risco cria uma tensão psicológica: já que o risco é inevitável, mergulhamos no risco como forma de apagar a tensão. Como se desse uma certa erosão do chamado instinto de sobrevivência, a criar um ethos de plenitude e intensidade imediatos, contra qualquer projeto. Presente na reação inconsequente ao assalto, que vitimiza honestos cidadãos. Presente na ousadia com que tantos assaltos são cometidos, quanto tantos assaltantes perdem a vida para um segurança ou um popular. Foram vários os casos de passageiros anônimos que assassinaram crianças e adolescentes que praticavam assaltos em ônibus [...] São notícias frequentes nos jornais[...] Passividades ante os detalhes do massacre. Deglutição quase técnica das fotos de desovas publicadas diariamente pela imprensa popular. Tácita cumplicidade com o assassino ou o assaltante, ao não reagir, ao não se envolver, ao não denunciar, ao se envolver na capa espessa da “lei do silêncio”. (1996, pp. 38-9)

Alguns depoimentos são elucidativos destas práticas:

- Antigamente, não existia favela, hoje tem invasão de favelas. Isso afeta a região porque eles vêm assaltar a área dos outros, tem até assassinato. Não tem policiamento. Andaram até matando mendigo, todos sabem quem matou, mas ninguém vai dizer que quem matou foi um ex-policial. (L.S. 58 anos, morador de Areia Branca)

Enquanto o Estado e as instituições que, teoricamente, deveriam se ocupar da segurança mostram-se ineficazes em suas atribuições, é natural que cada morador tome para si tal responsabilidade. Assim, uns se armam espiritualmente, apegando-se a Deus; alguns outros protegem-se atrás de muros e cercas; outros apelam para as mais variadas formas de evitação (evita-se o desconhecido, locais ermos, determinados comportamentos e atitudes, determinados horários, etc.); outros armam-se efetivamente. A prevenção assume o cariz de alheamento, produzindo um ambiente propício à instauração de um clima de guerra civil, conforme nos demonstra Enzensberger:

À dinâmica da guerra civil pertence o momento de se armar. Onde o Estado não exerce mais o monopólio da violência, é necessário que cada um se ocupe da própria defesa. Mesmo Hobbes, que concede ao Estado um poder quase ilimitado, sustenta o seguinte: “A obrigação dos subordinados em relação ao soberano dura apenas até o momento em que este, com base em seu poder, pode garantir-lhes proteção. Pois o direito natural dos homens de se defender não pode ser suspenso quando ninguém mais está em condições de garanti-lo.” (1995: 40-1)

Apesar da crescente adoção, por parte dos segmentos populares, de estratégias de proteção, há uma consciência de que não há como se apartar das mazelas existentes no contexto citadino ou, aos dizeres de um deles, *“não há como permanecer numa redoma de vidro”*. Caldeira, analisando estas tendências observadas nas cidades contemporâneas que, de alguma forma, acabam por estabelecer entre os cidadãos uma nova relação com o espaço público, afirma:

Da mesma maneira que a cidade industrial não inventou o espaço público, mas apenas sua versão moderna, a atual destruição do espaço público moderno está levando não ao fim do espaço público, mas à criação de um outro tipo. Privatização, enclausuramento e instrumentos de distanciamento oferecem meios não só de se retirar e de se minar um certo espaço público (moderno), mas também de se criar uma outra esfera pública; uma esfera que é fragmentada, articulada e garantida com base em separação e toda uma parafernália técnica, e na qual a igualdade, a abertura e a acessibilidade não são valores básicos. Os novos espaços estruturam a vida pública em termos de desigualdades reais: as diferenças não devem ser descartadas, tomadas como irrelevantes, deixadas sem atenção ou disfarçadas a fim de sustentar ideologias de igualdade universal ou mitos de pluralismo cultural pacífico. O novo meio urbano impõe desigualdades e separações. É um espaço público não-democrático e não moderno. (2000, pp. 337)

4- Considerações Finais...

É interessante notar que quanto maior a auto-segregação, maior o medo de viver nas cidades, cada vez mais tornadas violentas. E mais interessante ainda é pensar que a negação do mundo exterior, da diversidade, é que aumenta a vontade de isolamento, produzindo uma violência retroalimentada: quanto mais nego o diferente, mais me isolo, mais aumenta a violência, e assim a “roda” vai girando. Ora, se a mola mestra que move toda esta dinâmica é justamente o horror ao diferente, porque não deixamos de lado toda nossa hipocrisia para admitir que não gostamos do feio – que pode ser traduzido como pobre! – e que ele deve ser mantido longe? Talvez porque não devamos, talvez por que o feio represente a desigualdade produzida pela lógica na qual vivemos, talvez por que o feio seja produzido por nós mesmos, ou talvez por que nós sejamos “o feio”!

Enquanto não admitirmos a possibilidade de convivência com o diferente, continuaremos a negar nossa própria imagem, a fechar nossas portas, a subir nossos muros, produzindo, com isto, cada vez mais desigualdade e, consequentemente, violência.

Talvez a sociedade deva parar de produzir e se esconder em seus enclaves, e de insistir em desconsiderar que o olhar, o contato e a discussão sobre a diversidade continuam sendo a melhor saída para fazer parar esta “roda do infortúnio”.

Referências Bibliográficas:

Bauman, Zygmunt (2008). *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Caldeira, Teresa Pires do Rio (2000). *Cidade de Muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo*; São Paulo: Ed.34 / EDUSP.

Souza, Marcelo Lopes de (2008). *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Sennett, Richard (1998). *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, Hélio R. S. (1996) O menino, o medo e o professor de Saarbrücken. In Velho, G. E Alvito, M. (org). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ:FGV, pp. 25-47.

Simmel, Georg (1997). A metrópole e a vida do espírito. In FORTUNA, Carlos. *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta editora.

Soja, Edward (1994). O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso. In Santos et al (Org). *Território - Globalização e fragmentação*. São Paulo: ANPUR:HUCITEC.

Sennett, Richard (1998). *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras.

Tavares dos Santos, José Vicente (2002). Microfísica da violência, uma questão social mundial. *Revista Ciência e Cultura*, ano 54, nº 1, jul-set de 2002. São Paulo: SBPC, pp 22-4.

Velho, Gilberto (1996). Violência, reciprocidade e desigualdade- uma perspectiva antropológica. In Velho E Alvito, M. *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, UFRJ:FGV, pp. 10-24.

Zaluar, Alba (1994). *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro, Editora Revan: UFRJ.

Aristóteles. *A Política*. Rio de Janeiro: Ática, s/d.

Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes.

Enzensberger, Hans Magnus (1995). *Guerra civil*. São Paulo, Companhia das Letras.

Foucault, Michel (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Gaeta, Antonio Carlos (1992). Gerenciamento dos shopping centers e transformação do espaço urbano. In Pinataudi, Silvana Maria e Frúgoli Jr, Heitor (org). *Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, pp.45-59.

ⁱ Trata-se da pesquisa “Da casa-abrigo à casa-bazar – velhas e novas formas e funções dos espaços de moradia num bairro popular da Cidade do Rio de Janeiro”. O bairro em foco é Santa Cruz, situado a 60 km da área central da Cidade, contando com um grande número de conjuntos habitacionais, loteamentos populares e favelas. Além disto, trazemos elementos decorrentes de uma outra investigação que vem sendo realizada num condomínio residencial localizado no bairro de Inhaúma, zona norte da Cidade, cujos moradores também possuem um perfil mais popular ou, quando muito, de classe média baixa.

ⁱⁱ Dentre as principais ações empreendidas pelo Estado na Cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista o enfrentamento da violência urbana, coloca-se a Unidade de Polícia Pacificadora, entendida como “um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades”. Os discursos dos governantes pautam-se na perspectiva de que “ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades”. (<http://upprj.com/wp/>) Muitas críticas têm sido feitas a este modelo, sobretudo em função dele vir se constituindo mais como “bandeira” do governo do Rio na criação de uma imagem positiva de Cidade, tendo em vista a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016, e menos como uma política efetiva de segurança pública, voltada para o combate à violência – sobretudo aquela decorrente do tráfico de drogas e das milícias – em todas as áreas do Rio de Janeiro.

ⁱⁱⁱ Informações obtidas em

http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/4665_A+BILIONARIA+INDUSTRIA+DA+SEGURANCA